Última Hora (1952-1964): a construção da agenda e o tema da limitação das remessas de lucros dos investimentos externos

Roberto Bitencourt da Silva

Apresentação

A agenda pública supõe a seleção de temas suscitados pelos debates e as vicissitudes enfrentadas pela sociedade. A agenda possui a atenção coletiva e promove uma ambiência social e política, que estimula a ação dos agentes institucionais em torno das preocupações públicas de maior destaque (Hawlett, 2000: 183). Em nossos dias, o jornalismo dos conglomerados de mídia detém recursos decisivos para selecionar e dar visibilidade a determinados temas. Portanto, de acordo com Miguel (2014: 142), é dotado de força para "descrever a realidade" e incidir sobre o mundo social, em conformidade com seus critérios de noticiabilidade. Ainda em relação ao tempo presente, por conta da prevalência da televisão enquanto fonte de informação, é plausível argumentar que os meios massivos e comerciais de comunicação têm primazia na construção da agenda pública.

No entanto, atores integrantes dos universos da política institucional e da seara econômica, bem como agentes da sociedade civil organizada, são portadores da capacidade de incluir ou reforçar assuntos na agenda, influindo na formação da opinião pública. Iniciativas, demandas e visões políticas externas ao campo jornalístico podem, é claro, pautar a imprensa e a agenda pública, segundo Hawlett (2000: 177). Todavia, em função da natureza oligopolizada dos meios de comunicação, na atualidade, os filtros à disposição da mídia

tendem a operar negativamente em face das ações e das ideias incongruentes com a sua cosmovisão. De resto, a invisibilidade, o silêncio ou a demonização.

Devido à força simbólica alcançada pelos conglomerados de mídia, influentes na formação das categorias de percepção social, uma "concepção publicista e elitista da opinião pública" têm predominado. Na acepção dada por Carvalho (2010), tal concepção confere legitimidade à voz e ilumina causas defendidas por restritos setores das sociedades política e civil, tais como autoridades públicas instituídas, círculos empresariais e a própria mídia.

Fazendo um ponderável recuo no tempo podemos identificar traços de descontinuidade em relação a alguns fenômenos em destaque. Tomando as décadas de 1950 e 1960 como marco temporal de reflexão, é possível argumentar que o setor das comunicações pouca relação guarda com o tempo presente. A televisão ainda dava os seus primeiros passos. A cidade do Rio de Janeiro possuía mais de 20 jornais em circulação (Barbosa, 2010), conformando um cenário infocomunicacional razoavelmente pluralista, assentado em um mercado não oligopolizado. As possibilidades abertas a setores que não pertenciam às classes dominantes – no tocante à representação político-partidária, a estratos de classes e movimentos sociais –, ofereciam maior poder de intervenção aos de baixo e às esquerdas na formação da opinião pública e na construção da agenda.

O artigo toma como objeto de análise um periódico carioca que revelava significativa expressão popular: Última Hora. Os anos de 1952 a 1964 consistem um recorte de tempo privilegiado. Foi um jornal que contribuiu para a veiculação das ideias políticas nacionalistas, repercutindo, especialmente, as iniciativas e as propostas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Última Hora notabilizou-se por noticiar problemas sociais, políticos e econômicos que afligiam os setores subalternos, tidos como "incapazes" de participar da construção da agenda pública, na avaliação dos concorrentes jornais conservadores (Carvalho, 2010).

O dilatado período selecionado tem em vista permitir a análise sobre a projeção alcançada na agenda pública por um assunto específico: a limitação das remessas de lucros do capital estrangeiro. Hoje, a visão laudatória e acrítica sobre os investimentos externos prepondera na sociedade brasileira, sobremaneira nas redações do jornalismo econômico. Como assinalou Kucinski (2000: 191) em meio à inaugural subserviência do país aos postulados financistas e privatizantes da "globalização", a "defesa integral dos interesses estrangeiros campeia no jornalismo econômico". Um fenômeno persistente, operando como um

consenso jornalístico, influindo e moldando os esquemas de percepção social e as diretrizes programáticas e eleitorais de quase todos os partidos políticos.

Não obstante, nos anos 1950-60, a participação do capital estrangeiro na economia do país representava um tema debatido acaloradamente, denotando controvérsias e tomadas de posição conflituosas. A disciplina dos investimentos externos foi assunto progressivamente incluído na agenda pública. Ganhou notável repercussão social, política e jornalística, até configurar-se, no governo do presidente trabalhista João Goulart (1961-64), em relevante item das Reformas de Base. A limitação das remessas de lucros representa uma das variáveis que pesou na deflagração do golpe civil-militar de 1964, com a adesão de importantes setores empresariais às teses da "ameaça ao capital estrangeiro e à iniciativa privada", de acordo com Fernandes (2005: 251-254).

Não foram poucas as pressões exercidas pelos circuitos empresariais nacionais e internacionais, bem como pela diplomacia estadunidense, para a adoção do princípio da irrestrita participação das corporações multinacionais na economia brasileira e à concessão de facilidades para as transferências dos lucros aos países que as sediavam. Tomando por referência entrevista concedida por João Goulart no exílio, o presidente destituído ressaltou que "a lei que regulamentou a remessa de lucros de empresas estrangeiras 'causou grande perturbação ao governo'".[1] Tratava-se, com efeito, de uma questão explosiva.

No tocante ao ordenamento do trabalho, o próximo item descreve determinadas características editoriais e da trajetória da Última Hora. Na sequência, são feitas algumas ponderações que visam apresentar o tema da limitação das remessas dos lucros do capital estrangeiro. O item que dá continuidade ao artigo visa à estrita análise do noticiário do jornal a respeito da temática. Procura salientar a atenção dedicada por Última Hora à questão do controle sobre o capital estrangeiro, buscando evidenciar uma linha editorial que procurava incluí-la na agenda pública. Ademais, se pode argumentar que o jornal consiste em um recorte, delimitado e parcial, favorável à identificação do processo de projeção alcançada pelo tema da limitação das remessas dos lucros na agenda da época.

É desenvolvida ainda análise do enquadramento das notícias, com o intuito de mapear os ângulos privilegiados e as categorias explicativas e descritivas mobilizadas pelo noticiário. Como assinala McCombs (2009: 140), o enquadramento denota a "perspectiva dominante, a forma de organizar o pensamento", isto é, compreende não apenas o que se noticia, como também o modo pelo qual são lançadas as luzes sobre um determinado assunto.

Última Hora: trajetória e linha editorial

A Última Hora foi um jornal com nítido perfil popular, sob uma dupla acepção: procurava identificar-se "com o povo", ao esposar uma linha editorial que se pretendia sintonizada com um "movimento de reivindicação popular e nacional", bem como representou um periódico de "largo consumo", segundo Siqueira (2005: 47-55). Ainda conforme a perspectiva da autora, Última Hora, acompanhada de O Dia e Luta Democrática, constituiu um marco na história da imprensa carioca e brasileira, por ter apresentado "níveis inéditos" de tiragens. O periódico foi lançado em 1951, no Rio de Janeiro, pelo jornalista Samuel Wainer, com a clara intenção de oferecer um suporte infocomunicacional ao governo do trabalhista e presidente Getúlio Vargas (1951-54).

Durante a década de 1950, particularmente ao lado de O Globo e O Dia, Última Hora alcançou liderança em tiragens, variando de 70 mil a 117 mil exemplares por dia (Siqueira, 2005: 66). Manteve-se comercialmente estável e simbolicamente relevante até o golpe civil-militar de 1964, de acordo com Barbosa (2010: 155). Conseguiu organizar uma cadeia de jornais, com circulação em diferentes cidades do território nacional, como Curitiba, Recife, São Paulo, Porto Alegre e Niterói (Wainer, 2005: 297).

Consoante as memórias de Wainer (2005: 167), o jornal, no início da sua trajetória, era "marcadamente político e favorável a Getúlio, embora sempre pronto a criticar membros do governo". Preconizando valores políticos e princípios econômicos de corte nacionalista e anti-imperialista, a linha editorial, mesmo após o suicídio de Vargas, permaneceu dando apoio à corrente política associada ao presidente desaparecido, ou seja, o trabalhismo. Uma orientação política e partidária que defendia preceitos econômicos nacionalistas, a ampliação da participação democrática e dos direitos sociais (Ferreira, 2005). A convergência que o jornal apresentava dava-se, pois, por meio de uma concepção peculiar de opinião pública. Com base em reflexão desenvolvida por Carvalho (2012: 74), Última Hora demonstrava uma perspectiva participativa de opinião pública, valorizando a dilatação da influência popular e sindical nos processos decisórios da sociedade.

O jornal reservava espaço para a veiculação dos problemas, das demandas e das vozes das classes trabalhadoras e médias, que esposavam aspirações de dignidade para o trabalhador e reformas sociais e econômicas de natureza distributiva e nacionalista. Uma coluna sindical possuía espaço fixo no jornal, de modo a prestigiar o sindicato como "organização indispensável na luta

dos trabalhadores", assim como o recurso à greve, interpretado como um "instrumento legítimo de pressão" (Carvalho, 2012: 243-250).

Na contramão, periódicos como O Globo e O Jornal, este último integrante do conglomerado Diários Associados, apresentavam contornos elitistas de opinião pública, conforme Carvalho (2012). Em outras palavras, buscavam retirar credibilidade simbólica e política das camadas populares, concebidas como massas ignaras e irracionais, desapossadas, assim, de requisitos para incidir no delineamento da opinião pública (Carvalho, 2012).

Nesse estrito sentido, na esteira da avaliação oferecida por Barbosa (2010: 183), é plausível afirmar que a Última Hora se inseria, nos círculos jornalísticos, em uma disputa por hegemonia. Isto é, perseguia alcançar o *status* social e político de "fazer crer e prescrever, fazer reconhecer", em concorrência com os conservadores esquemas de percepção social que marcavam parte da imprensa. Em meio a essa disputa simbólica, constantemente o jornal era submetido a classificações demonizantes pelos concorrentes: portador de um "conteúdo antinacional, comunista, que se contrapunha aos costumes do país", na visão de O Jornal (Carvalho, 2012: 66). Sujeito a hostilidades e pressões de grupos empresariais nacionais e internacionais, por sua cosmovisão pretensamente identificada com o "comunismo", de acordo com o relato feito por Morel (2014: 123).

> A adesão de Última Hora às iniciativas, perspectivas e vicissitudes políticas do trabalhismo, não se deu sem tensões e ambiguidades. O próprio Wainer (2005: 322-323) acentua em sua autobiografia que, a despeito do compartilhamento de ideias com o getulismo nacionalista e trabalhista, possuía grandes apreensões com a radicalização esquerdista no governo João Goulart (1961-64).
>
> Em suas palavras:
>
> A força dos grupos radicais no interior do governo tornou-se tão aguda que passou a influenciar a própria linha da Última Hora, levando o jornal a defender teses que não eram as minhas (...). Mas não convinha transformar o jornal em porta-voz das minhas próprias ideias, uma vez que ele se incorporara ao esquema de sustentação do governo (Wainer, 2005: 323).

Com o advento do golpe civil-militar, as instalações do jornal foram depredadas e incendiadas, no Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1964.[2] Wainer teve os direitos políticos cassados e partiu para o exílio. A Última Hora sofreria com inúmeras dificuldades financeiras e com as hostilidades da ditadura civil-militar instalada, transferindo o seu patrimônio, no curso do tempo, para outras empresas, inclusive do setor das comunicações.

O capital estrangeiro e as suas remessas de lucros: cenário e controvérsias

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA foram alçados à condição de potência capitalista hegemônica, dotando sua moeda, o dólar, como parâmetro central do sistema de trocas comerciais no mundo. Países chamados de subdesenvolvidos, que tinham na produção primário-exportadora o eixo das suas economias, deparavam-se com constrangimentos expressivos para levar a cabo iniciativas de industrialização. Foi o caso das nações latino-americanas, que se encontravam imersas, segundo Noije e Pires (2014: 118), em "uma conjuntura internacional francamente adversa". O Brasil, em particular, tendo no café o principal item da sua pauta de exportações, apresentava sérias dificuldades para "obter divisas através de um esforço exportador", devido aos baixos preços dos bens primários no mercado mundial (Noije e Pires, 2014: 117).

Ainda segundo Noije e Pires (2014: 113), as décadas de 1950 e 1960 foram um período de "carência crônica de divisas" para o Brasil, gestando limites ao processo de industrialização, caracterizado pela dependência da "importação de bens de capital e insumos básicos". Consoante a análise dos autores, o país recorreu "à poupança externa sob a forma de investimentos estrangeiros". As controvérsias em torno desse acolhimento do capital externo foram significativas e não deixaram de repercutir aspectos da polarização internacional da Guerra Fria. As divergências acirraram-se precisamente a partir do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), em que a transnacionalização da economia brasileira foi acelerada.

De acordo com Campos e Rodrigues (2014), esquematicamente, duas cosmovisões se entrechocaram. De um lado, uma perspectiva que "almejava submeter o desenvolvimento capitalista a um controle político que o transformasse em um verdadeiro desenvolvimento nacional", visando "superar a segregação social e o domínio imperialista sobre a sociedade brasileira". De outro, avaliações que preconizavam o fortalecimento do capitalismo, por meio da "associação das burguesias internas com o capital internacional, ao mesmo tempo em que funcionaria como força" social e politicamente "contrarrevo-

lucionária" (Campos e Rodrigues, 2014: 381). Esta visão prevaleceu com o golpe civil-militar de 1964.

A limitação das remessas de lucros do capital estrangeiro representou um tema público gradativamente importante, entre outros, por conta das divisas escassas. As empresas multinacionais transferiam os lucros e dividendos em dólar, moeda que era adquirida no mercado brasileiro. Fenômeno que pressionava a balança de pagamentos do país e limitava a disponibilidade de moeda estrangeira para a satisfação de necessidades nacionais (Kucinski, 2000; Moniz Bandeira, 2006: 199). Entre 1946 e 1964, foi habitual a produção de normas oficiais visando à disciplina das remessas de lucros das companhias estrangeiras. Igualmente comuns foram as alterações ocorridas, sob diversos influxos, inclusive dos constrangimentos criados pelas multinacionais e pelo governo dos EUA.

Considerando os estímulos oficiais concedidos ao capital estrangeiro, alguns números prestam-se a ilustrar os seus crescentes ganhos. Segundo Noije e Pires (2014: 124), em meados da década de 1950 um mecanismo adotado foi a utilização de câmbios diferenciados. O investimento externo entrava no país pelo mercado livre (em que o dólar tinha cotação maior) e era remetido pela taxa oficial, cujo dólar era mais barato, em média demandando duas a três vezes menos moeda nacional para compra. Um artifício que sobrevalorizava os lucros e que permitia "recuperar o investimento inicial em quatro anos". Levando em conta potenciais vantagens alcançadas após a ditadura civil-militar de 1964, são esclarecedoras as informações de Kucinski (2000: 72): "A Comissão Parlamentar de Inquérito de 1975, que examinou a atuação das multinacionais, verificou que a maioria delas havia remetido para o exterior, em apenas 10 anos, até quarenta vezes o capital inicialmente investido".

Durante os anos 1950-60, os sujeitos individuais e coletivos sintonizados com uma perspectiva econômica liberal eram adeptos da adoção de estímulos aos investimentos externos no país. Posicionavam-se flagrantemente em reação às propostas e à tomada de posição dos defensores da limitação das remessas de lucros. Um destacado intelectual das hostes liberais, o economista Eugênio Gudin, colunista de O Globo, entendia que a questão do capital estrangeiro estava sendo "deturpada pela propaganda de um nacionalismo primário e extremamente danoso aos interesses do País". Avaliava ainda que "só a burrice empedernida pode querer afastar a importante contribuição que o capital estrangeiro pode representar para nosso desenvolvimento".[3]

Por seu turno, entidades empresariais posicionavam-se desfavoravelmente ao projeto de lei que disciplinava a remessa de lucros – aprovado pelo Congresso Nacional em 1962. A Confederação Nacional do Comércio e a Confederação Rural Brasileira assinalavam que "as fronteiras não devem ser fechadas a quantos desejam participar das atividades úteis ao progresso nacional".[4] A disciplina regulatória sobre as remessas era ressignificada como proibição à entrada de investimento externo, na retórica explorada pelos aludidos setores.

À esquerda, personagens que compartilhavam um imaginário nacionalista popular e anti-imperialista esposavam condicionantes aos investimentos externos. Um dos protagonistas da projeção pública do tema da limitação das remessas de lucros foi o trabalhista e deputado federal carioca Sérgio Magalhães. O parlamentar compreendia que o "propósito do capital estrangeiro era o de 'operar a repatriação do capital e dos lucros fabulosos que aufere nos países de economia colonial', amortizando o 'investimento num prazo extremamente curto'", convertendo o Brasil em um "quintal do imperialismo" (Silva, 2015: 76-77). Por sua vez, a Frente Parlamentar Nacionalista, frente interpartidária integrada em sua maioria absoluta por parlamentares do PTB, desde a sua formação, em 1956, conformava um dos principais agentes coletivos que exigia normas regulatórias sobre o capital estrangeiro.[5]

A limitação das remessas de lucros no jornal Última Hora

Os jornais cujas linhas editoriais comungavam valores liberais, do ponto de vista econômico, e conservadores, sob o prisma político, faziam encarniçada oposição às ideias nacionalistas e à tese da limitação das remessas de lucros. Assim, sobre o tema em relevo, o Correio da Manhã recorrentemente publicava matérias com conotação negativa, como a que segue: "Trata-se de uma iniciativa em parte estúpida, em parte inspirada por má-fé, que é capaz de derrubar o governo", de João Goulart, "o regime e os últimos restos de capacidade de recuperação econômica e financeira do país".[6]

Não é demasiado frisar que o noticiário desse segmento da imprensa acompanhava ações e debates empreendidos, especialmente na política institucional. A posição do referido setor da imprensa, no tocante à questão, apresentava nítidos contornos reativos. Era traço marcante a prioridade dada às opiniões da seara política e dos círculos empresariais, favoráveis à irrestrita participação dos investimentos externos.

No tocante à Última Hora, dotado de uma orientação popular e nacionalista, o jornal tinha posição editorial abertamente favorável ao controle sobre o capital estrangeiro, com críticas aos "arautos" dos investimentos externos. Tais investimentos tendiam a ser concebidos como uma "bomba de sucção" das riquezas nacionais.[7] Vale ponderar que o tema da limitação das remessas de lucros tendia a ser, predominantemente, noticiado na editoria e nas colunas de opinião sobre política. Apesar de possuir duas colunas reservadas ao universo da economia – intituladas "Barômetro econômico" e "No mundo dos negócios" –, o tema não era demasiadamente explorado nessas seções. Aí ganhavam maior atenção cifras relativas aos balanços comercial e de pagamentos, assim como taxas de câmbio, convergindo com a análise feita por Lene (2007: 155), acerca da abordagem "essencialmente financeira/comercial do noticiário econômico, até a década de 1970", na imprensa brasileira.

Distante da prevalecente colonização da política pelos agentes do mercado, ao abordar o assunto limitação das remessas de lucros nas seções e colunas políticas, Última Hora operava com uma politização do tema e das questões econômicas, em geral. O periódico não dissociava as questões econômicas do debate público, nem as restringia a atores definidos como "especialistas", tal como vigora no jornalismo predominante, atualmente alinhado com o imaginário – e a realidade – da prevalência das forças do capital (Barbosa, 2010: 222-224).

Enquanto jornal formado, em 1951, para dar apoio ao trabalhista e presidente Getúlio Vargas, com vistas a contribuir para a construção de uma "imagem popular do líder" (Siqueira, 2005: 55), Última Hora conviveu com as vicissitudes, os avanços e recuos das ações de Vargas e, posteriormente, da coalizão política que defendia, integrada por PTB e PSD – Partido Social Democrático (Wainer, 2005). Nos primeiros anos da década de 1950, a questão da limitação das remessas de lucros tendia a ser noticiada, e positivamente repercutida, com base nas intervenções políticas institucionais, em especial de personagens vinculados à corrente trabalhista. Em suas páginas, inicialmente, o poder de agenda em torno do assunto figurava sob o predomínio da voz dos políticos petebistas.

Em célebre discurso pronunciado ao final do ano de 1951, o presidente Vargas fez graves acusações às corporações estrangeiras instaladas no Brasil. Sublinhava a desproporção entre o capital forâneo investido e a soma de lucros obtidos no país (cerca de 200% sobre os recursos trazidos do exterior), que eram incorporados ao capital das empresas, sob o *status* de recursos es-

trangeiros disponíveis para remessas. Tais circunstâncias eram interpretadas pelo presidente "como exemplo de espoliação e de dilapidação do patrimônio nacional". Sem desprezar a "contribuição do capital estrangeiro", anunciou a necessidade de edição de um regulamento disciplinador,[8] o que foi feito em 3 de janeiro de 1952. O discurso causou grande impacto na cena política, alcançando ponderável repercussão na imprensa.

Noticiando e reproduzindo o pronunciamento presidencial, Última Hora salientava que as corporações internacionais "violaram a lei para assaltar o Brasil", consistindo em uma "espoliação sem exemplo na nossa história".[9] Afirmava o noticiário que o discurso de Vargas havia sido "histórico" e "impressionante", por denunciar fatos "capazes de solapar as bases fundamentais do progresso do Brasil, proporcionando aos investimentos estrangeiros um caráter quase monopolístico".[10]

O governo federal editou o decreto n. 30363/52, que autorizava as remessas de lucros em até 8% anuais, apenas sobre o capital efetivamente oriundo do exterior, com potencial nacionalização do capital registrado no país, compatível com os excedentes adicionais remetidos. O jornal louvava a medida regulatória e saudava os esclarecimentos feitos por Ricardo Janot, presidente do Banco do Brasil, destacando os propósitos de inibir a "desnacionalização da economia brasileira" e de "destruir ponto por ponto a argumentação dos advogados do retorno ilimitado dos capitais estrangeiros".[11] Criticava aos "entreguistas" – isto é, partidários do capital estrangeiro –, que definiam os adeptos da limitação das remessas de lucros como "jacobinos" defensores de "uma solução nacionalista inviável".[12]

Apoiando-me em reflexão desenvolvida por Laclau (2002), é possível afirmar que a retórica de Última Hora atribuía a um componente discursivo singular – as remessas ilimitadas dos lucros do capital estrangeiro – potenciais implicações universalizantes e danosas: as mazelas da economia do país e a abdicação do futuro enquanto nação. Uma nuança relevante na linha editorial do periódico.

O noticiário privilegiava as iniciativas do presidente e as vozes favoráveis à limitação das remessas de lucros, estritamente convergentes com o governo. Pouco espaço reservou em suas páginas a informar as pressões exercidas sobre o governo e os recuos que o próprio revelou, no que concerne ao tema da limitação das remessas de lucros. A Imprensa Popular, jornal mantido pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao contrário, veiculava com frequência notícias em torno das pressões oriundas dos EUA, que ameaçavam suspender "os investimentos no

Brasil caso não fosse modificada a lei do sr. Vargas".[13] Sublinhava ainda o periódico comunista a "tibieza" do presidente, ao flexibilizar as normas regulatórias sobre as remessas de lucros, beneficiando empresas que atuavam na prestação de serviços públicos, sem empregar os lucros na melhoria das atividades.[14]

O contraste com a imprensa comunista do período é oportuno, tendo em vista salientar que a Última Hora – após o discurso de Vargas, as primeiras iniciativas do governo federal e as suas repercussões – demonstrou uma significativa lacuna temporal no tratamento noticioso da questão. Apenas em janeiro de 1954 veio a abordar o assunto, em nota, registrando friamente mudanças introduzidas no decreto governamental disciplinador.[15]

Nesse sentido, tomando exclusivamente o tema limitação das remessas de lucros como foco, não é desrazoável argumentar que Última Hora atuava como apoio jornalístico ao governo, sujeito, pois, aos seus imperativos políticos. O jornal abordava o assunto em conformidade com o ritmo das ações, bem como em função das dificuldades do governo. O presidente Getúlio Vargas e a sua equipe de governo, portanto, tinham poder maior de agenda, consistindo nas vozes privilegiadas pela Última Hora. Com isso, tendia a iluminar a questão sob as luzes das ações governamentais e silenciá-la sob o ângulo das suas limitações. Por conseguinte, a capacidade de abordar a temática e de pautar o assunto no periódico, ficava, nesse período, reservada aos atores associados ao governo Vargas.

Todavia, o célebre discurso do presidente petebista e as iniciativas adotadas por seu governo, em que pesem contradições e expressivos recuos, representaram marcos importantes para o debate público a respeito do tema limitação das remessas de lucros. No curso dos anos, também a Carta-Testamento – que denunciava os "lucros extraordinários e espoliativos das empresas estrangeiras"[16] – serviu como estímulo para projetar a questão na agenda pública.

Sem apresentar uma produção jornalística autônoma sobre os problemas que enredavam a participação do capital estrangeiro na economia nacional – o que diferia da linha editorial da imprensa comunista –, Última Hora, após o desaparecimento de Vargas, tendia mais a reportar considerações e iniciativas dos sujeitos individuais e coletivos que integravam os círculos empresariais e político-institucionais. Após longo silêncio sobre a temática, o periódico noticiou, em fevereiro de 1955, ponderações feitas por uma delegação da Câmara de Comércio de Detroit (EUA), que se encontrava em visita ao Brasil e cuja viagem se estenderia a demais nações latino-americanas. Segundo os seus representantes, "trazemos dólares" para

o Brasil, "mas queremos que seja livre a remessa de lucros".[17] Alguma visibilidade às ideias dos setores que se opunham à limitação das remessas passaria a fazer parte do noticiário, chamando a atenção do seu leitorado para os adversários da causa nacionalista.

Não obstante, foi a partir do ano de 1956 que o tema adentrou, efetivamente, as páginas de Última Hora. Começou a repercutir na Câmara dos Deputados a questão da limitação das remessas de lucros, por meio, em especial, das atividades de Sérgio Magalhães, deputado federal pelo PTB carioca. Magalhães foi um dos mais atuantes membros da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), além de vice-presidente da Câmara em 1959-1961. Formulou e defendeu uma miríade de projetos legislativos que visavam controlar a participação do capital estrangeiro na economia nacional, de sorte a favorecer o que concebia a "emancipação econômica frente ao imperialismo". Instituir limitações à remessa de lucros das corporações estrangeiras constituiu o tema pelo qual o deputado ganhou notoriedade (Silva, 2015: 62-68). Personagem também decisivo para a projeção do tema da disciplina do capital estrangeiro na agenda pública.

As intervenções e os projetos parlamentares de Sérgio Magalhães conquistaram apoio e saliente repercussão no jornal. Um dos primeiros projetos apresentados por Magalhães proibia a oferta de câmbio privilegiado (oficial), com valor do dólar mais baixo, às remessas de lucros das corporações internacionais. Notícias veiculadas em dezembro de 1956 assinalavam a tomada de posição da Frente Parlamentar Nacionalista, que apoiava o projeto.[18] Nesse sentido, de acordo com o enfoque jornalístico privilegiado pelo periódico, os "grupos estrangeiros" estavam a conspirar "contra o Brasil".[19]

O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados, mas vetado pelo presidente Juscelino Kubitschek (PSD), no apagar das luzes do ano de 1956. Mesmo demonstrando adesão ao projeto do parlamentar trabalhista, o jornal não teceu críticas ao governo, pois o apoiava. Nos dias que transcorreram, chegou a asseverar que um "discurso de JK" abria "novas perspectivas para a batalha de emancipação nacional".[20] Todavia, Sérgio Magalhães possuía ponderável espaço no jornal, tendo a sua voz e as suas ações registradas constantemente. Afirmava uma matéria que o deputado continuava a defender "com extraordinária tenacidade" a limitação das "remessas de lucros". Para o parlamentar, o "resultado da política atual de remessa de lucros" revela que em "cerca de dez anos os investidores estrangeiros conseguem triplicar o capital invertido", deixando "em situação de inferioridade os investidores nacionais".[21]

Ademais, outra notícia veiculava considerações de Magalhães, que associavam a alta do custo de vida das classes populares à ilimitada remessa de lucros. Preconizava o trabalhista a "própria suspensão da remessa de lucros para o exterior", com o objetivo de "estabilizar o custo de vida".[22] Já no final da década, em março de 1959, o deputado persistia tecendo tal associação, ressaltando que o "combate aos altos preços dos gêneros de consumo essencial" não poderia ser levado a cabo "sem a adoção de medidas de profundidade", como a limitação das remessas de lucros.[23]

Nesse intervalo de tempo, Magalhães apresentou projeto de lei que disciplinava os limites das remessas de lucros do capital estrangeiro em 8% ao ano, sobre o capital originalmente investido no país. Conceituava os reinvestimentos – recursos e lucros obtidos no mercado consumidor e de trabalho brasileiro – como "capital nacional em mãos de estrangeiros". Aos reinvestimentos eram vedadas as remessas de lucros, de modo a nacionalizar o capital e a canalizá-lo em investimentos no país. Visava assegurar divisas e poupança interna (Silva, 2015). O projeto ganhou enorme repercussão pública, como teremos a oportunidade de observar adiante.

Sérgio Magalhães representou uma referência obrigatória, bem como agente contumaz no debate em torno do tema. Outro importante parlamentar que contribuiu para o reforço do tema nas pautas parlamentar e da imprensa foi o jornalista e deputado federal socialista Barbosa Lima Sobrinho (PSB/PE). Apresentou no mesmo período projeto sintonizado com o de Magalhães, denominado por Sobrinho como "Estatuto para o capital estrangeiro". Na ótica de Última Hora, tratava-se de um "projeto-bomba" que iria "explodir na Câmara", mas que tinha em vista coibir a "descapitalização do país" e "aliviar o povo".[24] O jornal já tratava a questão dos lucros dos investimentos externos como um "problema candente".[25]

Concomitantemente a uma maior projeção do assunto na cena parlamentar, na Última Hora e, sobretudo, nas hostes das esquerdas, os últimos anos da década de 1950 refletiram, no noticiário, a sua inclusão na pauta dos movimentos sociais. Líderes sindicais dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e do Distrito Federal (a atual cidade do Rio de Janeiro), reuniram-se, em novembro de 1958, com o presidente Kubitschek, para a apresentação de reinvindicações e sugestões ao governo. Dentre outros itens de pauta, figuravam a isenção de impostos e o congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade, a nacionalização dos bancos estrangeiros, o estabelecimento de relações comerciais com todos os países, inclusive do

bloco comunista, e a "limitação da remessa de lucros na proporção do capital realmente originário do exterior".[26]

Adicionalmente, a eleição presidencial de outubro de 1960 começava a se avizinhar e as candidaturas incorporaram a temática da limitação das remessas de lucros aos seus programas eleitorais, dando maior visibilidade à questão. Em particular, a chapa nacionalista – que contou com o apoio do PCB –, formada pelo marechal Henrique Teixeira Lott (PSD), candidato à Presidência, e por João Goulart (PTB), a vice, posicionou-se decididamente favorável à aprovação dos projetos defendidos pelos deputados Sérgio Magalhães e Barbosa Lima Sobrinho. Constantemente Lott alegava que era necessário "fortalecer a economia nacional", tomando o tema da limitação das remessas como eixo de campanha.[27]

Por sua vez, Goulart, também na condição de presidente do diretório nacional do PTB, afirmava que o seu partido oferecia "integral apoio" ao projeto parlamentar do correligionário, Sérgio Magalhães. Entre outras razões, por ver nos "fenômenos da constante diminuição do valor real dos salários e do empobrecimento geral do país" resultados do "atual sistema de remessas de lucros para o estrangeiro".[28] Um "sistema", segundo Goulart, que vinha "sangrando a economia brasileira em proveito dos que ainda hoje nos querem colonizar".[29] Lott convergia com a avaliação do aliado, ressaltando que os capitais estrangeiros "saem à vontade, sugando a economia nacional". Em outra notícia, sublinhava: "Antes o sacrifício que pedir esmola aos estrangeiros".[30] A posição da candidatura nacionalista dava novo fôlego ao tratamento do assunto na Câmara dos Deputados, com a FPN afirmando que os nacionalistas deveriam "travar vigorosa luta parlamentar a favor do projeto de Magalhães", bem como combater "os elementos entreguistas".[31]

A partir do ano de 1959 ocorreu uma incorporação definitiva do tema da limitação das remessas de lucros na agenda pública. A sua popularização foi crescente, sendo recorrente o registro de iniciativas e mobilizações populares, sindicais e estudantis, na produção jornalística e que concebiam a necessidade de controle sobre o capital estrangeiro enquanto relevante item de reivindicações. A esse respeito, em setembro de 1959 a União Nacional dos Estudantes (UNE) promoveu uma série de comícios no Largo do Machado (Rio de Janeiro), junto com integrantes da FPN, intitulada "Mês de reivindicações nacionais". Uma semana de debates foi dedicada a tratar da "regulamentação dos capitais estrangeiros".[32] Em novembro do mesmo ano, confederações, federações e sindicatos dos trabalhadores organizaram uma conferência nacional para debater questões

corporativas, sociais, políticas e econômicas, de sorte a convertê-las em eixo de "pressão sobre o Congresso Nacional". Como "ponto alto" da conferência, Última Hora noticiava as "moções em defesa da economia nacional" e o apoio à "disciplina da remessa de lucros para o exterior".[33]

De igual maneira, convenção nacional dos bancários, ao mesmo tempo em que discutia temas relativos aos interesses imediatos da categoria – como contrato coletivo e regulamentação do direito de greve –, demandava "a relação comercial e de amizade com todos os povos do mundo", assim como "a regulamentação das remessas de lucros para o exterior e a nacionalização dos depósitos bancários".[34] Por sua vez, os metalúrgicos promoveram uma conferência latino-americana em Volta Redonda (RJ). Apresentaram um programa de ação que preconizava a "redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, amplo direito de greve, reforma agrária e limitação das remessas de lucros".[35]

Com efeito, importa frisar as atividades dos trabalhistas e dos comunistas, em especial, no movimento sindical. De acordo com Delgado (1989: 265), o PTB e o PCB conformaram as duas "agremiações partidárias que maiores influências exerceram no desencadear das lutas e mobilizações sindicais que tanto marcaram a conjuntura". Na concepção de Silva (1999), as lideranças sindicais comunistas e trabalhistas alcançaram êxitos e eram tidas como legítimas entre os trabalhadores devido "ao enraizamento na experiência de classe" que possuíam.

Talvez não seja demasiado observar que tendeu a ocorrer uma articulação entre problemas cotidianos e questões políticas e econômicas abrangentes, como se pode identificar nas demandas de estratos da classe trabalhadora noticiadas por Última Hora. É plausível que traduzam um fenômeno que a filosofia gramsciana interpreta como a conversão de uma visão corporativa, restrita ao microuniverso da categoria profissional, em um esquema de percepção político. Isto é, a expressão da capacidade de incidir sobre os rumos da política e da vida econômico-social da coletividade. Crescia a força de intervenção das classes populares na formação da opinião e da agenda públicas. A Última Hora não deixava de contribuir em tal processo, acolhendo a voz dos trabalhadores em suas páginas, reconhecendo-os como sujeitos políticos e sociais legítimos, portadores de direitos e de dignidade.

No compasso da projeção do tema na agenda pública, não faltaram as intervenções de agentes associados às corporações internacionais e ao governo norte-americano. Em outubro de 1960, Jânio Quadros consagrou sua vitória

eleitoral para a Presidência da República – apoiado pela "entreguista" União Democrática Nacional (UDN) – e também defendeu a limitação das remessas de lucros dos investimentos externos. O embaixador dos EUA, John Moors Cabet, em discurso pronunciado na Escola Superior de Guerra, denotando expressivo sabor anticomunista, refutava a "opinião" nacionalista de que "o perigo para o Brasil vem dos Estados Unidos. Esse perigo vem da Rússia, desde que os bolcheviques tomaram o poder". Ademais, assegurava que "os lucros das empresas americanas no Brasil não são tão intensos como frequentemente os pintam" e que o "controle da remessa de lucros de firmas estrangeiras deve ser usado com sabedoria e não com mão pesada".[36]

Ao final do ano de 1960 o projeto de lei que limitava a remessa de lucros do capital estrangeiro entrou decisivamente na pauta do Congresso Nacional.[37] Mesclando projetos dos deputados federais Sérgio Magalhães e Barbosa Lima Sobrinho, o também parlamentar Celso Brant (PR/MG), integrante da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, inaugurou uma nova etapa das discussões em torno da disciplina do capital estrangeiro na esfera pública. O projeto tramitou no Congresso desde 1961, sendo finalmente aprovado em setembro de 1962. O tema era noticiado frequentemente pela Última Hora, que registrava o processo de tramitação, os recuos e avanços na Câmara e, especialmente, no Senado Federal, reticente em aprová-lo. Igualmente não deixava de noticiar as inúmeras manifestações sindicais e estudantis em defesa da aprovação do projeto legislativo, sempre incluído no rol das "batalhas sindicais" e das "reivindicações urgentes".[38]

O enquadramento das matérias jornalísticas – isto é, os "ângulos que permitem ordenar e interpretar os fatos registrados", conforme contornos conceituais delineados por McCombs (2009) – atribuía à ilimitada remessa de lucros do capital estrangeiro a perniciosa condição de um "assalto ao país".[39] O projeto de lei disciplinador assumia um caráter libertador na retórica de Última Hora (uma nova "lei áurea"), assim como foi positivamente concebido como a "primeira reforma de base aprovada pela Câmara".[40]

Com a renúncia de Quadros, o vice João Goulart assumiu a Presidência, em setembro de 1961, sob forte tensão política promovida com a tentativa de ruptura institucional pelas forças militares e civis conservadoras. Última Hora destacava em manchete, assim que ocorreu a posse do presidente trabalhista, o apelo de Goulart ao Congresso Nacional para aprovar medidas que viriam a constituir diretrizes do seu governo: "Jango conclama o parlamento a votar reforma agrária, lei antitruste e remessa de lucros".[41] Por outro lado, as hosti-

lidades empresariais ao projeto de lei não foram pequenas, conforme noticiava a posição do setor, em matéria intitulada "Entidades das classes produtoras contra projeto da remessa de lucros". Na avaliação crítica – e ameaçadora – dos integrantes das entidades burguesas:

> O projeto demagógico rotulado de remessas de lucros em realidade só se preocupa com esse ponto ligeiramente. O que ele de fato cria são monopólios contra o povo – para a eliminação da concorrência (...). Trará como consequências: 1. Redução da taxa de desenvolvimento econômico do Brasil. 2. Desestímulo à vinda de novos capitais. 3. Fuga de diversas indústrias existentes no Brasil (...). 5. Desemprego em massa dos trabalhadores brasileiros.[42]

O Estado de S. Paulo, explicitamente favorável ao acolhimento irrestrito dos investimentos externos, desqualificava o projeto como uma ideia "tipicamente totalitária".[43] Última Hora, por sua vez, defendia o projeto e denunciava as pressões exercidas sobre o presidente Goulart para vetá-lo. Segundo o periódico, tratavam-se de "telegramas dirigidos ao presidente da República" e de "contatos diretos com figuras importantes do governo. Tudo com uma cobertura de jornais ligados a interesses de firmas estrangeiras".[44]

Cumpre sublinhar que Última Hora veiculava considerações críticas à linha editorial dos jornais conservadores, desempenhando, em parte, um padrão de ativismo midiático que Braga (2012: 43-45), com foco na internet, denominou como "auditoria social e observatório da imprensa". Isto é, a realização da crítica aos "processos comunicacionais tendenciosos dos grandes meios", visando ao "exercício da cidadania". Era muito comum as páginas do jornal estamparem análises contestadoras do noticiário dos veículos liberais-conservadores.

O tema continuou a manter relevância na pauta do jornal e na agenda pública. Promulgada a lei em 4 de setembro de 1962, uma nova etapa do noticiário, das discussões políticas e das mobilizações populares girou em torno da regulamentação e da aplicação da lei. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) – importante plataforma intersindical e nacional representativa dos trabalhadores – configurou especial sujeito mobilizatório e reivindicativo em prol da regulamentação e execução da lei. Noticiando greve realizada em setembro de 1962, o jornal reproduzia os argumentos e as demandas do CGT: "Fomos à greve para lutar contra a ação criminosa das forças pró imperialistas

e latifundiárias, contra os entreguistas". Ademais, afirmava que a greve visava "exigir a efetivação de soluções reais de problemas que tanto afligem o povo: pela imediata elevação de 100% do salário mínimo, pela realização da reforma agrária" e pela "aplicação efetiva da lei que disciplina a remessa de lucros para o exterior".[45] A pauta de reivindicações do CGT, apresentada em reuniões com o presidente Goulart e em apelos à mobilização dos trabalhadores, sempre incluía a questão, até o período da regulamentação da lei de remessas de lucros.[46]

Sistematicamente, Última Hora também noticiava com destaque as intervenções do presidente Goulart, configurando o exercício de uma espécie de intermediária entre o governo e os trabalhadores, com manchetes garrafais como as que seguem: "Jango responde aos trabalhadores: ministério garante urgência às reformas que o povo exige".[47] Ou, por outra: "Jango: 'não podemos cortar a inflação na própria carne do povo, enquanto o uísque e a Coca-Cola gozam de favores cambiais'".[48] Nos meses que transcorreram até a edição do decreto presidencial regulamentador (n. 53451, de 20/01/1964), contendo parâmetros convergentes com o projeto original do deputado trabalhista Sérgio Magalhães, foi habitual a publicação de matérias que registravam a intenção do governo em regulamentar a lei. Ora se noticiava que "Jango quer urgência para remessa de lucros"[49], ora eram registrados prazos oferecidos pelo governo, habitualmente estendidos.[50] Ora assinalava-se em primeira página alguma categoria descritiva, mobilizada por Goulart, depreciando as ilimitadas remessas de lucros do capital estrangeiro: "Jango: Basta de espoliação".[51]

Nesse ínterim, o jornal veiculava informações a respeito das constantes pressões sofridas pelo governo Jango, particularmente provenientes de "grupos" que provocam "visitas de personalidades e políticos estrangeiros", como a delegação dos EUA "à Conferência Interamericana Econômica e Social", que se realizou em São Paulo. Na interpretação de Última Hora, "para quem sempre utilizou o Brasil como campo para emprego livre de capital, país que proporcionava, em um só ano, lucros superiores ao capital empregado, a lei de limitação de lucros" é considerada "restritiva e radical".[52]

Em janeiro de 1964 a lei foi regulamentada pelo governo. A manchete estampada na primeira página denotava um enquadramento sobremodo ilustrativo do posicionamento de Última Hora: "Jango assina em Petrópolis lei que Vargas sonhou – Ponto final à sangria da remessa de lucros". A legenda da foto que acompanhava a manchete era igualmente reveladora: "Povo assiste ao ato histórico".[53] Expressão de um compartilhamento jornalístico de ideias e

categorias de percepção sintonizadas com uma cosmovisão política trabalhista, nacionalista, popular e anti-imperialista. Na esteira das saudações à medida adotada pelo presidente Goulart, também o CGT e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) manifestaram a "satisfação da classe operária", em "clima de emoção cívica".[54]

Não houve muito tempo para comemoração, nem para a aplicação da lei disciplinadora. As forças militares, políticas e civis conservadoras avançaram com a conspiração golpista, que destituiu o presidente e rompeu com o regime constitucional de 1946. Nos estertores do governo, em pronunciamento feito em 30 de março de 1964 – para sargentos das Forças Armadas, no Rio de Janeiro –, Goulart deixava entrever a desestabilização que a lei da limitação das remessas de lucros havia provocado:

> A crise, que nesta hora se manifesta no País, (...) foi provocada pela minoria de privilegiados que vive de olhos voltados para o passado e teme enfrentar o luminoso futuro que se há de abrir para a nossa democracia, pela integração de milhões de brasileiros. Eles deverão ser integrados na sociedade e libertados da penúria (...). Se os sargentos me perguntarem de onde surgem tantos recursos para campanha tão poderosa, eu diria (...) que é o dinheiro dos profissionais da remessa de lucros, é o dinheiro manchado pelo interesse enorme do petróleo internacional e de companhias nacionais; (...) é o dinheiro dos grandes laboratórios.[55]

Após a ruptura do regime democrático, Roberto Campos – ministro do Planejamento do governo ditatorial do marechal Castelo Branco –, em julho de 1964, revelou a intenção de alterar a lei da remessa de lucros do deposto governo do presidente João Goulart. O ministro assinalou a existência de um caráter "policialesco" na lei e entendia que estava assentada em "teses da esquerda", ciosas pelo "perecimento do capitalismo" no país.[56] A lei da limitação da remessa de lucros sofreu, então, dois conjuntos de alterações jurídicas, em agosto de 1964 e em fevereiro de 1965, anulando os preceitos regulatórios (Silva, 2015).

Considerações finais

O tema da limitação das remessas de lucros do capital estrangeiro, durante as décadas de 1950 e 1960, seguiu um caminho sinuoso, até consistir em relevante item da agenda pública. Como chama a atenção a perspectiva teórica de Hawlett (2000: 169), a relação entre opinião pública e agendas pública e de governo não é linear. Fenômeno possível de constatar no recorte temporal selecionado. Um processo de retroalimentação entre tomadas de posição apresentadas pela imprensa e por sujeitos, individuais e coletivos, da política institucional e da sociedade civil, convergiu para a inclusão e a repercussão do tema na agenda, conformando uma ambiência favorável à conversão em instrumento legal.

Última Hora, bem como as ações de estudantes e ativistas de esquerda – trabalhistas e comunistas – no movimento sindical, contribuíram para iluminar o assunto. Iniciativas de atores da política institucional, sobretudo trabalhistas, incidiram sobremaneira no processo. A imprensa liberal-conservadora (independentemente da sua linha editorial), em função da projeção social e política alcançada pela questão da disciplina das remessas de lucros, viu-se impelida a noticiar e a repercutir o assunto, mesmo que sob enquadramentos demeritórios.

O processo de seleção e de projeção obtida pelo tema da limitação das remessas de lucros, em boa medida, pôde ser levado a cabo devido à existência de um setor de comunicações não oligopolizado. Diferentes agentes individuais e coletivos colaboraram para a repercussão do assunto na esfera pública, incluindo o jornalismo da Última Hora. Vozes e setores subalternizados na sociedade – como também questões secundarizadas ou desqualificadas pelos meios empresariais e liberais-conservadores de comunicação –, dispunham de margens de intervenção no processo de construção da agenda pública.

Um fenômeno que o atual panorama oligopolizado do setor de comunicações do país guarda significativa distância, correspondendo a um legado antidemocrático da ditadura, que tinha em vista incrementar a transnacionalização da economia brasileira e silenciar as esquerdas e os movimentos sociais nacionalistas, anti-imperialistas e reformistas.

Notas

1. Folha de S. Paulo. "A visão de Jango". São Paulo, 02/04/2014.
2. O Cruzeiro. "Guanabara hora a hora". Rio de Janeiro, 10/04/1964. Disponível em: http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/10041964/100464_6.htm, acesso em 08/09/2015.
3. Gudin, Eugênio. "Capital estrangeiro". O Globo, Rio de Janeiro, 20/11/1959, p. 2.
4. O Globo. Rio de Janeiro, 2/12/1961, p. 6.
5. O Semanário. Rio de Janeiro, ano I, n. 34, 1956, p. 9.
6. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 03/12/1961, p. 1.
7. Última Hora. Rio de Janeiro, 13/11/1961, p. 4.
8. Última Hora. Rio de Janeiro, 02/01/1952, p. 6.
9. Idem.
10. Última Hora. Rio de Janeiro, 04/01/1952, p. 4.
11. Idem.
12. Última Hora. Rio de Janeiro, 05/02/1952, p. 6.
13. Imprensa Popular. Rio de Janeiro, 24/01/1952, p. 1.
14. Idem.
15. Última Hora. Rio de Janeiro, 06/01/1954, p. 3.
16. Vargas, Getúlio. "Carta-Testamento", 24/08/1954. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/memorialgetuliovargas/conteudo/expo8.html>, acesso em 24 jul. 2015.
17. Última Hora. Rio de Janeiro, 25/02/1955, p. 4.
18. Última Hora. Rio de Janeiro, 04/12/1956, p. 6. Última Hora. Rio de Janeiro, 05/12/1956, p. 15.
19. Última Hora. Rio de Janeiro, 04/12/1956, p. 6.
20. Última Hora. Rio de Janeiro, 28/12/1956, p. 10. Última Hora. Rio de Janeiro, 02/01/1957, p. 2.
21. Última Hora. Rio de Janeiro, 23/03/1957, p. 2.
22. Última Hora. Rio de Janeiro, 09/10/1958, p. 6.
23. Última Hora. Rio de Janeiro, 13/03/1959, p. 4.
24. Última Hora. Rio de Janeiro, 02/03/1959, p. 3.
25. Última Hora. Rio de Janeiro, 17/03/1959, p. 2.
26. Última Hora. Rio de Janeiro, 26/11/1958, p. 8.
27. Última Hora. Rio de Janeiro, 16/03/1959, p. 1. Última Hora. Rio de Janeiro, 20/03/1959, p. 3.
28. Última Hora. Rio de Janeiro, 02/04/1959, p. 3.
29. Última Hora. Rio de Janeiro, 02/05/1959, p. 2.
30. Última Hora. Rio de Janeiro, 25/05/1959, p. 12. Última Hora. Rio de Janeiro, 11/02/1960, p. 4.
31. Última Hora. Rio de Janeiro, 11/07/1959, p. 4.
32. Última Hora. Rio de Janeiro, 07/09/1959, p. 4.
33. Última Hora. Rio de Janeiro, 23/11/1959, p. 4.
34. Última Hora. Rio de Janeiro, 29/03/1960, p. 2.
35. Última Hora. Rio de Janeiro, 26/08/1960, p. 8.
36. Última Hora. Rio de Janeiro, 07/10/1960, p. 4.
37. Última Hora. Rio de Janeiro, 18/11/1960, p. 2.
38. Última Hora. Rio de Janeiro, 16/01/1961, p. 10. Última Hora. Rio de Janeiro, 18/02/1961, p. 7. Última Hora. Rio de Janeiro, 18/04/1961, p. 9. Última Hora. Rio de Janeiro, 26/01/1961, p. 2. Última Hora. Rio de Janeiro, 13/12/1961. Última Hora. Rio de Janeiro, 11/06/1962, p. 2. Última Hora. Rio de Janeiro, 18/06/1962, p. 11.
39. Última Hora. Rio de Janeiro, 01/12/1961, p. 5.

40. Última Hora. Rio de Janeiro, 30/11/1961, p. 4. Última Hora. Rio de Janeiro, 01/12/1961, p. 5.
41. Última Hora. Rio de Janeiro, 19/09/1961, p. 1.
42. Última Hora. Rio de Janeiro, 14/12/1961, p. 5.
43. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 12/12/1961, p. 4.
44. Última Hora. Rio de Janeiro, 22/08/1962, p. 4.
45. Última Hora. Rio de Janeiro, 17/09/1962, p. 2.
46. Última Hora. Rio de Janeiro, 27/05/1963, p. 11. Última Hora. Rio de Janeiro, 06/06/1963, p. 2. Última Hora. Rio de Janeiro, 01/10/1963, p. 8.
47. Última Hora. Rio de Janeiro, 06/02/1963, p. 1.
48. Última Hora. Rio de Janeiro, 15/02/1963, p. 1.
49. Última Hora. Rio de Janeiro, 28/10/1963, p. 4. Última Hora. Rio de Janeiro, 09/01/1964, p. 1. Última Hora. Rio de Janeiro, 15/01/1964, p. 1.
50. Última Hora. Rio de Janeiro, 08/09/1963, p. 10.
51. Última Hora. Rio de Janeiro, 01/11/1963, p. 1.
52. Última Hora. Rio de Janeiro, 20/11/1963, p. 4.
53. Última Hora. Rio de Janeiro, 18/01/1964, p. 1.
54. Última Hora. Rio de Janeiro, 24/02/1964, p. 1.
55. Última Hora. Rio de Janeiro, 31/03/1964, p. 2.
56. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 08/07/1964, p. 1.

Referências

BARBOSA, M. *História cultural da imprensa*: *Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2ª ed., 2010.

BRAGA, J. L. La política de los internautas es producir circuitos. In: CARLÓN, M. e NETO, A. F. (Orgs.). *Las políticas de los internautas*. Buenos Aires: La Crujía, 2012. p. 43-60.

CAMPOS, F. A. e RODRIGUES, F. H. L. Transnacionalização do capital e os limites do desenvolvimentismo: um diálogo com Celso Furtado sobre a experiência brasileira. *História econômica e História de empresas*: ABPHE, v.17, n. 2, 2014. p. 377-414.

CARVALHO, A. C. *A rede da democracia*. Niterói: EdUFF; Nitpress, 2010.

_____. *O caso Última Hora e o cerco da imprensa ao governo Vargas*. Niterói: EdUFF; Nitpress, 2012.

DELGADO, L. A. N. *PTB – do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

HAWLETT, M. A dialética da opinião pública: efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas. *Opinião Pública*: Unicamp, Campinas, v. VI, n. 2, 2000. p. 167-186.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, J. *O imaginário trabalhista*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

KUCISNKI, B. *Jornalismo econômico*. 2ª ed. São Paulo: EdUSP, 2000.
LACLAU, E. *Misticismo, retórica y política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.
LENE, H. Jornalistas de economia no Brasil: juventude, formação especializada e relações de parentesco no mercado de trabalho. In: RIBEIRO, A. P. G. e FERREIRA, L. M. A (Orgs.), *Mídia e memória*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 155-176.
MCCOMBS, M. *A teoria da agenda*. Petrópolis: Vozes, 2009.
MIGUEL, L. F. *Democracia e representação*. São Paulo: Unesp, 2014.
MONIZ BANDEIRA, L. A. *Formação do império americano*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
MOREL, E. *O golpe começou em Washington*. 2ª ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2014.
NOIJE, P. V. e PIRES, J. M. Restrição de divisas e política cambial no Brasil no pós segunda guerra mundial. *Pesquisa & Debate*: PUC-SP, v.25, n.1(45), jan./jun. 2014. p. 112-134.
SILVA, F. T. Direitos, política e trabalho no porto de Santos. In: FORTES, A.; NEGRO, A. L.; SILVA, F. T. et al. (Orgs.). *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho.* Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 51-86.
SILVA, R. B. Em busca de uma esquerda esquecida: o nacionalismo trabalhista de Sérgio Magalhães. *Achegas.net – Revista de Ciência Política:* Rio de Janeiro, n. 47, jan./jul. 2015. p. 60-85.
SIQUEIRA, C. A novidade que faltava: sensacionalismo e retórica política nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática no segundo governo Vargas (1951-1954). *Revista Eco-Pós:* UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2005. p. 46-66.
WAINER, S. *Minha razão de viver*. São Paulo: Planeta, 2005.

Resumo

O artigo tem como objeto de análise o popular e nacionalista periódico Última Hora. Trata-se de um jornal que contribuiu para a veiculação das ideias trabalhistas e nacionalistas, bem como para noticiar questões sociais, políticas e econômicas sensíveis aos estratos sociais subalternos. O período priorizado consiste nos anos de 1952 a 1964 e tem em vista permitir a identificação da projeção alcançada na agenda pública por um assunto, em especial: a limitação das remessas de lucros do capital estrangeiro. Objetivo adicional é evidenciar o papel da Última Hora no processo de construção da agenda pública do período.

Palavras-chave

História da Imprensa - Última Hora - Opinião pública – Nacionalismo - Golpe civil-militar de 1964.

Abstract

The article analyzes the popular and nationalist newspaper Última Hora. This is a newspaper that has contributed to the placement of laborist and nationalist ideas and for reporting social, political and economical to subordinate social strata. The prioritized period intends to focus on the years from 1952 to 1964 and aims to identify the projection in the agenda by a subject, in particular: the limitation of foreign capital profit remittances. An additional objective is to highlight the role of the Última Hora in the process of construction of the agenda of the period.

Keywords

History of the Press - Última Hora - Public Opinion - Nacionalism - Civil-military coup of 1964.